COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO N°, DE 2022 (Da Sra. Tereza Nelma e Sr. Léo Moraes)

Requer a realização de Audiência Pública para a discussão da maternidade atípica no Brasil.

A Senhora Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública, por videoconferência, no âmbito desta Comissão para debater sobre a maternidade atípica no Brasil.

Para tanto, solicitamos que sejam convidados os seguintes debatedores:

- 1) Maria Klivianny Meireles da Costa Benjamin psicopedagoga e ativista
- 2) Cláudio Panoeiro Secretário Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
 - 3) Deusina Lopez mãe e ativista
- 4) Angelo Roberto Gonçalves coordenador –geral de Saúde da Pessoa com Deficiência;
 - 5) Representante da Fenapestalozzi;
 - 6) Representante da Federação Nacional das APAES





JUSTIFICATIVA

O debate sobre a maternidade atípica ainda é escasso na comunidade científica e na sociedade civil. A lacuna desta discussão se dá pela invisibilidade que das mulheres e das pessoas com deficiência e, ao combinar estas duas, há um aprofundamento desta invisibilidade.

O levantamento de 2019 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ aponta na população brasileira acima de 2 anos, há 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, isso representa 8,4% da população total do país. Em geral, o cuidado com esta população sempre recai sobre uma figura feminina, no geral, a mãe.

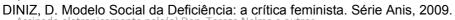
O momento da gestação é envolto de expectativas dos pais, constroem a imagem de seu filho a partir de suas próprias identificações, aspirações e frustrações². Entretanto, ao nascer muitos pais sofrem o choque de verem suas expectativas não serem correspondidas e se depararem com o impacto de diagnóstico advindo de alguma lesão – seja crônica, por desvio ou trauma – no corpo que pode resultar em desvantagem e restrições de habilidades sob a perspectiva e padrões da sociedade³.

A partir da pesquisa de Constatinidis *et al.* (2018) sobre a maternidade e o autismo, é delineado na conclusão que o deslocamento de todo cuidado com a criança com deficiência é para a mãe, enquanto a figura paterna, muitas vezes, não atua como um parceiro no cotidiano e no cuidado, mas sim como mais um familiar que pode rejeitar.

No mundo caracterizado pelo forte binarismo, como o das esferas públicas e privadas, coube à mulher a esfera privada e ao homem a pública, como um constructo da sociedade patriarcal. A responsabilidade de cuidar da casa, na manutenção e da reprodução pertence exclusivamente à mulher sob essa ótica. Ainda nessa divisão, a vida das pessoas com deficiência, idosas e doentes, também se restringiu ao mundo privado e aos cuidados femininos. Com isto, muitas mães acabam por se abster da sua vida, da sua profissão e da sua subjetividade para se dedicar exclusivamente ao cuidado com seu/sua filho/a.

Portanto, diante da lacuna de estudos e debates na sociedade, somado com já sobrecarga feminina nos lares, é necessário se debruçar numa ampla discussão com

² CONSTANTINIDIS, T. C.; SILVA, L. C.; RIBEIRO, M. C. C. "Todo mundo quer um filho perfeito": Vivências de Mães de Crianças com Autismo. Revista Psico-USF, Bragança Paulista, v. 23, n. 1, p. 47-↓■ 58, 2018.





Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf

Apresentação: 02/06/2022 14:08 - CMULHER .

Sala das Comissões, de de 2022

Deputada **Tereza Nelma** PSD/AL Deputado **Léo Moraes** PODE/RO





Requerimento (Da Sra. Tereza Nelma)

Requer a realização de Audiência Pública para a discussão da maternidade atípica no Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD225684437900, nesta ordem:

- 1 Dep. Tereza Nelma (PSD/AL)
- 2 Dep. Léo Moraes (PODE/RO)

